

A EFETIVAÇÃO DO CRÉDITO E OS CADASTROS DE INADIMPLENTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: BREVES NOTAS¹

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes²

Larissa Clare Pochmann da Silva³

Resumo. O presente trabalho objetiva analisar o Cadastro de Inadimplentes enquanto medida de apoio à efetivação da execução por quantia certa prevista pelo novo Código de Processo Civil. Nessa perspectiva, traça um panorama das transformações na execução durante o Código de Processo Civil de 1973 e de 2015; dispõe sobre os cadastros de inadimplentes; traz um panorama da jurisprudência sobre sua utilização enquanto em curso demanda no Poder Judiciário e, por fim, expõe algumas

¹O presente trabalho foi elaborado em abril de 2015 e revisado em outubro de 2015, quando foi remetido para a segunda edição da coletânea Novo CPC – Doutrina Seleccionada, a ser publicada no ano de 2016 pela Editora Juspodivm (Brasil).

²Pós-Doutor pela Universidade de Regensburg, Alemanha. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Direito pela UFPR. Mestre em Direito pela Johann Wolfgang Goethe Universität (Frankfurt am Main, Alemanha). Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Associado nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Professor Titular da Universidade Estácio de Sá (Unesa). Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Membro do Instituto Iberoamericano de Direito Processual (IIDP), da Associação Brasil-Alemanha de Juristas e da *International Association of Procedural Law* (IAPL). Ex-Promotor de Justiça. Desembargador Federal. Presidente da 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). Diretor de Cursos e Pesquisas da Escola da Magistratura Regional Federal (EMARF). Membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

³Doutoranda e Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora no curso de graduação da Universidade Candido Mendes (UCAM), campi Tijuca e Jacarepaguá. Advogada.

conclusões em torno dos acertos e desafios da novel previsão.

Palavras-Chave. Execução; Código de Processo Civil de 1973; Cadastro de Inadimplentes; Código de Processo Civil de 2015.

Abstract. This paper aims to analyze the Default List for Costumers as a measure to support the effective implementation for the enforcement involving a certain quantity provided by the new Civil Procedure Code. From this perspective, it gives an overview of changes in the running for the Civil Procedure Code of 1973 and in the Civil Procedure Code of 2015. It also provides an overview of the Default List for Costumers and shows the case law on its practice, without legal provision, during the pleas in the Judiciary Power. Finally, it delines some successes and challenges of the novel prediction according to the new Civil Procedure Code.

Keywords. Enforcement; 1973 Civil Procedure Code; Default List for Costumers; 2015 Civil Procedure Code.

Sumário: Introdução. 1. Um Panorama Comparativo da Execução à Luz do Código de Processo Civil de 1973 e do Código de Processo Civil de 2015. 2. Os Cadastros de Proteção ao Crédito. 3. A Efetivação do Crédito durante a Execução e os Cadastros de Proteção ao Crédito, durante a Vigência do CPC/73. 4. A Previsão, contida no novo Código de Processo Civil, de Inclusão nos Cadastros de Proteção ao Crédito como Medida Coercitiva para o Fortalecimento da Execução. Referências Bibliográficas.

INTRODUÇÃO



novos Código de Processo Civil, sancionado no dia 16 de março de 2015 e publicado no dia seguinte, com *vacatio* de 1 (um) ano, traz, na execução, a possibilidade de inscrição do nome do executado no Cadastro de Inadimplentes, mediante requerimento do exequente, como uma forma de se conduzir o devedor a efetivar o direito ao crédito.

Os referidos cadastros não são uma novidade no ordenamento jurídico brasileiro, tendo surgido como uma prática comercial para facilitar o crédito e estimular as vendas, mas foram, agora, positivados em lei como uma medida de apoio a qualquer execução por quantia certa.

Nessa perspectiva, o presente trabalho inicia abordando as transformações na execução durante o Código de Processo Civil de 1973 e de 2015, para, em seguida, tratar da evolução dos cadastros de inadimplentes no ordenamento jurídico brasileiro. Após, passa a destacar como esta prática comercial passou a ser adotada na execução, ora defendida ou rechaçada por alguns tribunais, mesmo sem previsão legal para que ocorra em paralelo a um processo judicial e, por fim, com a previsão do novo Código, procura analisar quais os acertos e quais serão os desafios que poderão ser enfrentados, na prática forense, em comparação à prática dos tribunais que hoje admitem a inscrição do nome do executado em cadastros de inadimplentes.

1. UM PANORAMA COMPARATIVO DA EXECUÇÃO À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 E DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Executar é satisfazer um direito que já se encontra definido, mas encontra-se à espera de sua realização. A diferença entre definir e realizar direitos fez com que parte considerável da doutrina já tivesse cogitado de que não seria jurisdicional a tutela da execução, porquanto nesta subsistem atos materiais,

de coerção ou de subrogação, para a realização do direito definido em um título executivo, ao contrário dos atos intelectivos que marcam o processo de conhecimento⁴. Contudo, ao contrário de alguns países, como, por exemplo, Portugal, em que há a repartição de competências entre o juiz da execução e o agente de execução (função esta atribuída a um profissional liberal – advogado ou solicitador –, escolhido pelo exequente, dentre a lista dos agentes de execução acreditados e por ele livremente destituível), a execução no Brasil é um modelo estritamente jurisdicional.

No Brasil, integra a execução a realização de atos de apreensão, expropriação e pagamento para efetivá-la⁵. Ingressa-se no patrimônio do executado para a satisfação do direito do exequente, mas, considerando os valores constitucionalmente protegidos, necessário é o cotejo dos interesses em jogo, assegurando-se que a satisfação do crédito do exequente com o menor sacrifício ao executado⁶.

Na exposição de motivos do Código de Processo Civil de 1973, Alfredo Buzaid esclarece que o direito luso-brasileiro conhece dois meios de realização da atividade executiva⁷: (1) através da *parata executio* para a sentença condenatória e; (2) através da ação executiva para títulos extrajudiciais. Seguindo, porém, a tendência dos Códigos de Processo Civil da Itália, da Alemanha, de Portugal e a Lei de Execução da Áustria da época de elaboração do Código de Processo Civil Brasileiro de 1973, optou-se, no Brasil, por uma ação executiva para a execução em geral, reunindo um mesmo modelo para título executivos judiciais e extrajudiciais.

⁴ FUX, Luiz. *O Novo Processo de Execução: O Cumprimento da Sentença e a Execução Extrajudicial*. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 4.

⁵ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O novo processo civil brasileiro*. 29.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012, p. 203.

⁶ ASSIS, Araken de. *Manual da Execução*. São Paulo: RT, 11.ed., 2007, p. 90.

⁷ Para um histórico da atividade executiva, remete-se a THEODORO JR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Voll.. II. Rio de Janeiro: Forense, 44.ed., 2009, p. 4-9.

Porém, o Código tinha deixado um pouco a desejar na efetivação de direitos. Reformas setoriais no CPC já haviam sido realizadas sob a iniciativa da Escola Nacional da Magistratura, então orientada pelo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, e pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual, então presidido pela Professora Ada Pellegrini Grinover, com a colaboração de ilustres processualistas. Algumas dessas reformas estabeleceram, por exemplo, o instituto da antecipação de tutela, a nova sistemática do agravo retido e de instrumento, a maior eficiência dada à consignação em pagamento, a introdução da ação monitória, dentre outras importantes alterações no diploma legal.

A partir de 2001, foi elaborada uma comissão, coordenada pelos Ministros do STJ Athos Gusmão Carneiro e Sálvio de Figueiredo Teixeira, e pelo Procurador de Justiça do Distrito Federal Petrônio Calmon Filho, para a reforma da execução. O objetivo da comissão de juristas foi propor uma fase executória dentro de um processo de conhecimento, diferenciando a atividade executiva nos títulos judiciais e extrajudiciais, a fim de criar mecanismos mais céleres para que o devedor pudesse receber aquilo que lhe é devido.

Em 2004, a proposta da comissão foi dividida em projetos de lei, um relativo apenas aos títulos judiciais e ao procedimento de execução desses títulos; e, o segundo, dizia respeito apenas aos títulos extrajudiciais. O primeiro, o PL 3.253/2004, relativo ao cumprimento de sentença, trazia em sua exposição de motivos que deveria ser combatido o tecnicismo da dualidade criada entre processo de conhecimento e processo de execução, devendo-se tratar como uma fase processual de conhecimento e uma fase processual de execução. Foi aprovado, sancionado e se transformou na Lei nº. 11.232/05.

Cumpriria, então, ao segundo projeto, baseado nas críticas formuladas em sede doutrinária e nas experiências jurisprudenciais, que foi sancionado exatamente um ano depois e

transformado na Lei nº. 11.382/06, regular execução fundada em títulos extrajudiciais. Dentre as suas inúmeras modificações, pode-se destacar, exemplificativamente, que a defesa do executado passou a ser independente de segurança do juízo; a possibilidade do executado requerer, no prazo para embargos, o parcelamento; a previsão, como meio expropriatório preferencial, da adjudicação pelo próprio credor, por valor não inferior ao preço da avaliação; a possibilidade de alienação por iniciativa particular e a atualização das regras.

O novo sistema, preocupado com um cumprimento adequado das decisões judiciais, veio em busca de garantia de tutela jurisdicional efetiva⁸, como princípio fundamental do ordenamento, sem dilações indevidas.

A execução fiscal⁹ e a execução em face da Fazenda Pública não foram alteradas, mantendo-se a sistemática, até que fosse objeto de uma legislação própria. Consolidou-se esse panorama para a execução à luz do Código de Processo Civil de 1973.

No dia 16 de março de 2015, após uma tramitação legislativa permeada de intensa oportunidade de participação, houve a sanção presidencial do novo Código de Processo Civil, com vetos em sete dispositivos. O novo diploma foi publicado no dia seguinte, 17 de março de 2015, prevendo um lapso de 1 (um) ano de *vacatio legis*.

O novo diploma mantém a previsão de um processo de execução e de um processo sincrético, de acordo com a natureza do título executivo. Mantém, ainda, a modalidade de execução de acordo com a natureza do título – processo de execução ou cumprimento de sentença - mesmo em face da Fazenda Pública; coloca fim à discussão da Ação Direta de Constituciona-

⁸ GRECO, Leonardo. O processo justo. *Novos Estudos Jurídicos*. Santa Catarina: Univali, ano 7, n. 14, abr. 2002, p. 37-38.

⁹ GRECO, Leonardo. As garantias fundamentais do processo na execução fiscal. In: LOPES, João Batista e CUNHA, Leonardo José Carneiro da. (Coord) *Execução civil* (aspectos polêmicos). São Paulo: Dialética, 2005, p. 256-258.

lidade – ADC – 11, ao fixar prazo de 30 dias para que a Fazenda Pública oponha embargos, além de positivar a execução de título extrajudicial de alimentos, que, embora sem previsão no CPC/73, já era admitida na jurisprudência¹⁰.

Ademais, sem reproduzir a denominação de impenhorabilidade absoluta e relativa, o novo Código possibilita, por exemplo, a penhora de salários e outras verbas alimentares que excedam a 50 salários mínimos mensais (art. 833, §2º), previsão que já havia sido aprovada pelo Congresso Nacional em 2006, no texto da Lei n 11.382 de 06.12.06, mas foi vetada pelo então Presidente da República¹¹.

Ainda, a penhora sobre o faturamento recebeu regulamentação detalhada no art. 866, que discorre melhor sobre o procedimento a ser adotado para se aferir o valor do faturamento, de forma a também não inviabilizar as atividades da empresa. O novo diploma determina que o juiz fixe percentual que propicie a satisfação do crédito exequendo em tempo razoável, mas que não torne inviável o exercício da atividade empresarial e será determinada a nomeação de administrador-depositário, o qual submeterá à aprovação judicial a forma de sua atuação e prestará contas mensalmente, entregando em juízo as quantias recebidas, com os respectivos balancetes mensais, a fim de serem imputadas no pagamento da dívida.

Por fim, merece destaque que, ao tratar da execução, mais precisamente sobre a competência na execução, os artigos 782, §3º a §5º dispõem que, a requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, inscrição que será cancelada imediatamente se efetuado o pagamento, garantido o juízo da execução

¹⁰ STJ. REsp 201000853917. Rel. Min. João Otávio Noronha. Terceira Turma. DJ: 25/08/2014 e STJ. ERESP 201001707051. Rel. Min. Sidnei Beneti. Segunda Seção. DJ: 28/11/2011.

¹¹ MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; ÁVILA, Henrique. Algumas das principais alterações do novo Código de Processo Civil. *Consultor Jurídico* (São Paulo. Online), v. 1, janeiro, p. 1, 2015.

ou se a execução for extinta por qualquer motivo. Essa previsão, que se revelará mais uma medida de apoio à execução, para a satisfação do crédito, passa a ser analisada no item seguinte do presente trabalho.

2. OS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO

No Brasil, os arquivos de proteção ao crédito são recentes, mas evoluíram rapidamente. Nas décadas de 1950 e de 1960 não era simples o parcelamento de produtos e serviços de consumo: cada empresa tinha sua própria estrutura de organização e de viabilização do crédito para o consumidor, o que acabava por se revelar um procedimento oneroso e burocrático¹². Esses cadastros, de conhecimento público, continham informações sobre a idoneidade pessoal e financeira dos clientes, as quais eram divulgadas aos comerciantes interessados em checar o histórico do cliente.

A primeira iniciativa de reunir esse cadastro aconteceu em Porto Alegre nos anos de 1950, quando 27 empresários da cidade fundaram o Serviço de Proteção ao Crédito – SPC. Logo em seguida, São Paulo criou o segundo Serviço de Proteção ao Crédito no país e, em 1962, foi realizado o primeiro seminário nacional sobre o Serviço de Proteção ao Crédito¹³.

Ao longo dos anos, com a facilitação do crédito no mercado¹⁴ e a preocupação de disponibilizar informações que permitissem uma melhor análise dos riscos na concessão de crédito, houve a ampliação dos Serviços de Proteção ao Crédito pelo país, que acabaram, ainda, por se tornarem eletrônicos,

¹² GRINOVER, Ada Pellegrini Grinover et al. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*: comentado pelos autores do anteprojeto. 9.ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 412.

¹³ *Ibid*, p. 27.

¹⁴ LOPES, Jose Reinaldo de Lima. Prefácio. In: MARQUES, Claudia Lima, CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do Consumidor endividado*: superendividamento e crédito. V. 29, São Paulo: RT, 2006, p.6.

como forma de facilitar a consulta e a aprovação do crédito.

Essa difusão do mecanismo, porém, foi responsável pela proliferação de abusos das instituições, com a banalização da divulgação das informações constantes dos cadastros. Era imperiosa, portanto, a sua regulamentação. Atendendo a esse anseio, o Código de Defesa do Consumidor procurou, então, regular a coleta, o arquivamento e o fornecimento de informações sobre o consumidor, de forma a inibir condutas abusivas¹⁵, assegurando o devido processo, a privacidade, a honra e as garantias estampadas no preâmbulo da Carta Constitucional.

Todavia, a legislação estabeleceu uma distinção entre os bancos de dados e os cadastros de consumidores. Essa distinção é feita em razão da forma como as informações são coletadas, armazenadas, disponibilizadas e compartilhadas¹⁶: enquanto os cadastros de consumo visam à formação de dados para uma finalidade, em geral para formar cadastro da própria empresa, os bancos de dados possuem elementos mais completos, são alimentados pelos próprios fornecedores de bens, pelos prestadores de serviços e, também, por terceiros, para que a informação se destine ao mercado de consumo. Os principais bancos de dados no Brasil são os Serviços de Proteção ao Crédito (SPCs) e a SERASA¹⁷.

Os arquivos de consumo possuem caráter público, submetendo-se a um controle amplo e rígido, mediante a possibilidade de figurarem no polo passivo de mandado de segurança, *habeas data* e outras tutelas previstas, no que tange às informações dos consumidores, independentemente da entidade que o administra, de forma a evitar que se disseminem informações de maneira descontrolada, como registros falsos, enganosos ou ilegítimos.

¹⁵ ALMEIDA, João Batista de. *A proteção jurídica do Consumidor*. São Paulo: Saraiva, 1993, p. 96.

¹⁶ EFING, Antonio Carlos. *Banco de Dados e Cadastro de Consumidores*. V. 18, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 35-36.

¹⁷ GRINOVER, Ada Pellegrini Grinover et al. *Op. Cit.*, p. 432.

Nessa perspectiva, as informações só poderão ser concedidas, de forma gratuita¹⁸, ao próprio consumidor ou a quem ele autorizar, e acessadas pela empresa associada somente com a finalidade de avaliar o risco de eventual inadimplência na concessão de crédito ao consumidor, sendo vedado repassá-las a terceiros não autorizados ou utilizá-las para fim diverso da análise creditícia. Destaque-se, por fim, que as informações negativas, nos termos do artigo 43, §1º do Código de Defesa do Consumidor, não podem ser armazenadas por um período superior a 5 (cinco) anos, mas, nos termos do artigo 43, §5º do CDC, a anotação poderá ser descadastrada antes, se houver a prescrição do prazo da ação de cobrança e, ainda, no caso de devedor cambiário, sua inscrição não se dará por até 5 (cinco) anos, mas pelo prazo de prescrição do título.

Atualmente, compreendidos como “*entidades que têm por principal objetivo a coleta, o armazenamento e a transferência a terceiros (credor potencial) de informações pessoais dos pretendentes à obtenção de crédito*”¹⁹, há diversas organizações operando como bancos de dados de consumo, tanto em caráter nacional, como regional, sendo que duas de maior destaque são o Serviço de Proteção ao Crédito – SPC-, ligado à Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), e a SERASA – Centralização de Serviços dos Bancos S.A.

3. A EFETIVAÇÃO DO CRÉDITO DURANTE A EXECUÇÃO E OS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, DURANTE A VIGÊNCIA DO CPC/73

¹⁸ A gratuidade está prevista no artigo 13 do Decreto 2.181/1997, ao dispor que: “Serão consideradas, ainda, práticas infrativas, na forma dos dispositivos da Lei n.8.078, de 1990: [...] X. impedir ou dificultar o acesso gratuito do consumidor as informações existentes em cadastros, fichas, registros de dados pessoais e de consumo, arquivados sobre ele, bem como sobre as respectivas fontes”;

¹⁹ BESSA, Leonardo Roscoe. *O consumidor e os limites dos bancos de dados de proteção ao Crédito*. V. 25, São Paulo: RT, 2002, p. 39.

No Capítulo III, que aborda a competência para o processo de execução, o novo Código de Processo Civil prevê, no artigo 782, §3º que, a requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, sendo que, nos termos do parágrafo seguinte, a inscrição será cancelada imediatamente se for efetuado o pagamento, se for garantida a execução ou se a execução for extinta. Esta previsão, embora incutida no âmbito do processo de execução, para o título executivo extrajudicial, também será aplicada aos títulos judiciais, por força da previsão do artigo 782, §5º. O novo diploma positiva, portanto, a utilização de cadastros privados de proteção ao crédito como uma medida coercitiva para o cumprimento da obrigação de quantia certa.

Entretanto, essa possibilidade já vinha sendo, mesmo sem previsão legal e com alguma divergência, considerada antes, tanto em âmbito administrativo, como judicial.

A Fazenda Pública Federal estabeleceu, desde o ano de 2002, através da Lei nº 10.522, a regulamentação do CADIN - Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal -, um banco de dados onde são registrados os nomes dos contribuintes responsáveis por débitos perante órgãos públicos federais. São registradas, no CADIN, dívidas inscritas, sem garantia integral ou exigibilidade suspensa. A inclusão ocorre 75 (setenta e cinco) dias após a notificação do devedor sobre o possível registro e a suspensão ou exclusão do nome do devedor do cadastro ocorre até 5 (cinco) dias úteis após a comprovação da regularização da situação que deu causa à inclusão do registro no CADIN²⁰.

O procedimento de inscrição no CADIN foi posteriormente regulamentado pela Portaria PGFN nº 810, de 13 de maio de 2009, que, em seu artigo 2º, fixou ser vedada a inclu-

²⁰ Informação disponível em <http://www.pgfn.fazenda.gov.br/divida-ativa-da-uniao/todos-os-servicos/informacoes-e-servicos-para-pessoa-fisica/cadin/o-que-e>. Acesso em 17 abr. 2015.

são de débitos inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais), devendo os inscritos anteriormente à portaria serem excluídos, mas essa restrição não se aplica se R\$ 1.000,00 (mil reais) for apenas o valor restante da dívida, decorrente de seu pagamento parcial.

Merecem destaque, ainda, os artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Portaria. O artigo 3º dispôs sobre o procedimento para a inclusão no CADIN: o devedor e o corresponsável, desde que constem na Certidão de Dívida Ativa, deverão ser previamente comunicados, pela unidade local da Procuradoria da Fazenda Nacional, por via postal, no endereço constante de seu cadastro junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com presunção de recebimento no prazo 15 (quinze) dias após a data de sua expedição, inscrevendo-se o crédito 75 (setenta e cinco) dias após a comunicação ao devedor ou corresponsável acerca da existência de dívida passível de inscrição naquele cadastro, com todas as informações pertinentes ao débito.

O artigo 4º tratou da suspensão da inscrição; o artigo 5º da reativação da inscrição no cadastro; o artigo 6º da publicidade das informações às pessoas físicas e jurídicas incluídas no CADIN, ou qualquer outro órgão ou entidade integrante do CADIN e o artigo 7º da exclusão do registro, que deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comprovação da regularização do débito, pela unidade da PGFN responsável pelo registro.

Apesar de uma estrutura administrativa para inscrição do nome do devedor no cadastro de inadimplentes, o tema da possibilidade de inscrição do crédito decorrente de dívidas tributárias foi reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça no precedente RMS 31.859/GO, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 1/7/2010, em que se fixou a tese de que: *“É possível a inclusão de débitos de natureza tributária inscritos em dívida ativa nos cadastros de proteção ao crédito, independentemente de sua cobrança mediante Execução Fiscal”*, tendo-se, a partir daí, inúmeros julgados

reproduzido esse entendimento.

Em relação a dívidas decorrentes de pensão alimentícia, durante muito tempo alguns tribunais de justiça admitiram²¹ a inscrição em caso de dívida de pensão alimentícia, enquanto outros a rechaçaram²². A admissibilidade de tal inscrição era baseada no fundamento de que a inscrição no cadastro de inadimplentes seria medida coercitiva menos gravosa do que a prisão civil para o cumprimento da obrigação alimentícia. Por outro lado, sua inadmissão era fundamentada na ausência de amparo legal para ordenar o cumprimento da medida às entidades protetoras de crédito, já que são entidades privadas, que prestam o serviço mediante remuneração.

A questão de inscrição do nome do devedor em cadastro de inadimplentes em virtude de débito decorrente de pensão alimentícia foi notícia no endereço eletrônico do Superior Tribunal de Justiça em 17 de novembro de 2015, através do julgamento, pela Quarta Turma, do REsp 1.184.660/MG, de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão. O Superior Tribunal de Justiça admitiu a inscrição do nome do devedor de alimentos definitivos no cadastro de inadimplentes, fundamentado no caráter da urgência de que se reveste o crédito alimentar e em sua relevância sócia e que 65% dos créditos inscritos em cadastros de inadimplentes são recuperados em até três dias úteis²³.

Não obstante o posicionamento do STJ em relação às

²¹ A título de exemplo, TJRJ. Processo nº 0043346-45.2013.8.19.0000. Rel. Des. Marco Antônio Ibrahim. Vigésima Câmara Cível. DJe: 18/02/2014 e TJSP. AI 5844783520108260000 SP. Rel. Des. Caetano Lagrasta. Oitava Câmara de Direito Privado. DJ: 03/05/2011.

²² A título de exemplo, TJSC. AG 20130067976 SC 2013.006797-6. Rel. Des. Trindade dos Santos. Segunda Câmara de Direito Civil. DJ: 14/08/2013 e TJMG. AI 10433103209386001 MG. Rel. Des. Edgard Penna Amorim. Oitava Câmara Cível. DJ: 15/07/2013.

²³ Notícia disponível em http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/noticias/noticias/Quarta-Turma-admite-inscri%C3%A7%C3%A3o-de-devedor-de-alimentos-em-cadastro-de-inadimplentes. Acesso em 18 nov. 2015.

dívidas tributárias e, mais recentemente, para dívidas decorrentes de alimentos definitivos, alguns Tribunais de Justiça já haviam, mesmo sem previsão no CPC/73, celebrado convênio entre seu distribuidor judicial e a SERASA, anotando-se o nome do executado de forma automática no cadastro de devedores, por força do ajuizamento da execução. Dentre os tribunais que celebraram esse convênio, pode-se citar o TJ/DF, o TJ/SP, o TJ/MS e o TJ/MA. O cancelamento da inscrição, nesses casos, ocorre ao término da execução, independente de requerimento do exequente²⁴.

Há, ainda, casos que, mesmo sem a celebração de convênios, houve uma postura intermediária, de tolerância, no sentido de que, mesmo sem a previsão legal, o exequente iniciasse a execução e, paralelamente, inscrevesse o executado em cadastro de inadimplente, como ocorreu no TJRJ, mediante o Provimento nº 06/02.

Esses convênios entre tribunais e serviços de proteção ao crédito já foram objeto de análise pelo Superior Tribunal de Justiça. No julgamento do REsp n. 1.061.530/RS²⁵, fixou-se o entendimento de que, desde a distribuição da demanda, os débitos poderiam ser inscritos em cadastros de inadimplentes, mas deveriam seguir a sorte do que fosse definido pelo julgador em relação à mora. Foram consignadas, ainda, hipóteses cumulativas para a abstenção de inscrição/manutenção do nome no cadastro, definidas como nos casos em que: (a) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; (b) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada

²⁴ TJ/DF. AGI 703033, 20130020143172. Rel. Des. João Egmont. 5ª Turma Cível. Data de Julgamento: 14/08/2013; TJ/DF. AC 20120111944479/DF. Rel. Des. Waldir Leôncio Lopes Júnior, Segunda Turma. DJ: 19/03/2014; TJ/SP. APL 7310110700/SP. Rel. Des. Luiz Sabbato. Décima Terceira Câmara de Direito Privado. DJ: 10/12/2008; TJ/MS. AC 5765 MS 2005.005765-7. Rel. Des. Elpidio Helvécio Chaves Martins. Quarta Turma Cível. DJ: 21/11/2006.

²⁵ STJ. REsp 1.061.530. Terceira Turma. Rel. Min. Nancy Andrighi. DJ: 10/03/2009.

do STF ou STJ; (c) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz.

Já no julgamento do REsp nº 1.148.179/MG²⁶, em uma análise pormenorizada da questão, reiterou-se que esses cadastros, de natureza pública, mas mantidos por entidades privadas, poderiam ser alimentados por meio de convênio firmado com o Poder Judiciário de cada estado da federação, já que os dados sobre processos existentes nos distribuidores forenses são públicos, inclusive passíveis de obtenção de certidão. Se os dados são verdadeiros, eles não poderiam ser omitidos dos cadastros mantidos pelos órgãos de proteção ao crédito, porquanto essa supressão equivaleria à eliminação da notícia da distribuição dos referidos processos. Já se os dados não refletissem a realidade ou contiverem informações equivocadas, seria possível a sua correção ou a sua exclusão.

Destaque-se que, embora não tenha constado expressamente no REsp nº 1.148.179 / MG, ao referir-se ao precedente julgado em 2009, restava mantido, portanto, o reconhecimento do entendimento fixado no REsp n. 1.061.530/RS, sobre a possibilidade de inscrição do nome do devedor no cadastro de inadimplente desde o ajuizamento da ação, mas a sua manutenção ou não dependeria da análise do julgador em relação à mora.

Para a inscrição decorrente de dados públicos, como os de cartórios de protesto de títulos ou de distribuição de processos judiciais, o referido julgamento de 2013, inclusive, não exigiu a prévia comunicação ao consumidor, em alusão a outros julgamentos do tribunal no mesmo sentido²⁷.

²⁶ STJ. REsp 1148179/MG. Terceira Turma. Rel. Min. Nancy Andrighi. DJ: 05/03/2013.

²⁷ No mesmo sentido: STJ. Rcl 6.173/SP, Rel. Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe: 15.3.2012; STJ. AgRg nos EDcl no REsp 1204418/RS. Rel. Min. Nancy Andrighi. Terceira Turma. DJ: 20/03/2012; STJ. EDcl no REsp 1.080.009/DF. Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma. DJe: 3/11/2010; STJ. AgRg no REsp 1199459/SP. Rel. Min. Sidnei Beneti. 3ª Turma. DJe 28/09/2010 e STJ. AgRg no Ag 1036057/SP. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior. 4ª Turma. DJe 23/03/2009.

Por outro lado, na área trabalhista o panorama é diverso. O TRT da 15ª Região (SP – Campinas) chegou a celebrar o mesmo acordo com a SERASA, mas cancelou nove meses depois, enquanto o Tribunal Regional do Trabalho de Goiás (18ª Região) consultou o Tribunal Superior do Trabalho sobre uma possível celebração de acordo entre o TRT-GO e a Serasa, mas o Ministro do TST Antônio José de Barros Levenhagen, então Corregedor, não recomendou a assinatura do acordo, por haver controvérsia doutrinária e jurisprudencial sobre o tema²⁸, explicando que *“embora a execução se processe, precipuamente, em benefício do credor, nos termos do artigo 612 do CPC, não é dado ao juiz enveredar por modalidades de constrição alternativas, ainda que lhe possam parecer mais prodigiosas para a efetividade da execução”*²⁹. O protesto, na resposta à consulta do Ministro, deveria ocorrer apenas a partir da celebração de convênio e este poderia significar antecipar a execução, sem que houvesse previsão legal. Ordenar a inclusão do devedor inadimplente no banco de dados da SERASA, por implicar a inobservância do princípio da indelegabilidade da função jurisdicional, seria negar a natureza real ou patrimonial da execução.

4. A PREVISÃO, CONTIDA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DE INCLUSÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO COMO MEDIDA COERCITIVA PARA O FORTALECIMENTO DA EXECUÇÃO

O novo Código de Processo Civil consagra a relevância dos Cadastros de Inadimplentes, procurando pacificar a discus-

²⁸ Disponível em <http://www.conjur.com.br/2013-ago-08/acordos-tribunais-serasa-sao-frequentemente-contestados-justica>. Acesso em 16 abr. 2015.

²⁹ Consulta respondida pelo Ofício nº 80/2011 e disponível em <http://www.tst.jus.br/documents/10157/59844/Oficio+80-2011-convenios+com+cart%C3%B3rios+e+Serasa.pdf>. Acesso em 15 abr. 2015.

são sobre a admissibilidade ou não de inscrição do nome do devedor nestes cadastros, já que prevê expressamente, no artigo 782, §3º a §5º, a possibilidade de o exequente requerer, ao Poder Judiciário, a inscrição do executado em cadastro de inadimplente. Será mais uma medida de apoio à execução, na busca da tutela jurisdicional efetiva, sem dilações indevidas, utilizando-se de meios idôneos para a satisfação do crédito.

Destaque-se, por oportuno, que a positivação do cadastro, tanto para títulos judiciais como para títulos extrajudiciais, vem, ainda, corroborar a previsão do artigo 139, inciso IV, do novo diploma, que dispõe como uma das funções do juiz a determinação de medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou subrogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária, valendo-se a nova legislação de mais um instrumento para a busca da satisfação do crédito.

Parece um acerto, ainda, ter previsto a inclusão do nome no cadastro de inadimplente mediante requerimento da parte, sem que seja feito automaticamente quando da distribuição de uma demanda, como tem ocorrido nos tribunais que formalizaram convênio com o cadastro de proteção ao crédito. Isso porque, logo após a distribuição de uma nova demanda, o processo pode não obter um desfecho único, seja em razão do cancelamento da distribuição em virtude da não complementação das custas; pelo indeferimento da petição inicial; ou pelo reconhecimento da prescrição ou da decadência, dentre outros desdobramentos possíveis. Nessas situações, se a inscrição ocorresse automaticamente, a partir da distribuição, o executado ficaria, mesmo que por um período curto, com o nome inscrito em um cadastro de proteção ao crédito. Adotar a necessidade de requerimento da parte permitirá ao julgador analisar se a medida é ou não a mais adequada, de forma que a execução seja feita observando-se a forma menos gravosa ao executado.

Destaque-se, ainda, que a previsão da necessidade de

requerimento da medida vem com nítido propósito de publicização do debate processual entre os sujeitos do processo³⁰, de forma que a determinação deixa de ser um ato isolado formado apenas pelo exequente, quando do início da atividade executiva, submetendo-se ao crivo do juiz e de eventual contraditório, bem como ensejando a responsabilidade do requerente. Por outro lado, o executado terá a oportunidade de demonstrar a presença de situações que indicariam a impossibilidade de manutenção/inscrição do seu nome no Cadastro de Inadimplentes, hipóteses como as que antes foram elencadas no REsp n. 1.061.530, agora positivadas pelo novo Código: (a) se for efetuado o pagamento; (b) se for garantida a execução ou (c) se a execução for extinta por qualquer outro motivo.

Por fim, cabe, ainda, considerar que, segundo o entendimento firmado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça durante a vigência do Código de Processo Civil de 1973, efetivamente paga a dívida, o credor teria o prazo de 5 (cinco) dias para requerer a exclusão do nome do devedor do Cadastro de Inadimplentes³¹.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Batista de. *A proteção jurídica do Consumidor*. São Paulo: Saraiva, 1993.

ASSIS, Araken de. *Manual da Execução*. São Paulo: RT, 11.ed., 2007.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O novo processo civil*

³⁰ THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. *Novo CPC: Fundamentos e Sistematização*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 91.

³¹ STJ. REsp 1.149.998-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi. Terceira Turma. DJ: 7/8/2012.

- brasileiro*. 29.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- BESSA, Leonardo Roscoe. *O consumidor e os limites dos bancos de dados de proteção ao Crédito*. V. 25, São Paulo: RT, 2002.
- EFING, Antonio Carlos. *Banco de Dados e Cadastro de Consumidores*. V. 18, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- FUX, Luiz. *O Novo Processo de Execução: O Cumprimento da Sentença e a Execução Extrajudicial*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- GRECO, Leonardo. O processo justo. *Novos Estudos Jurídicos*. Santa Catarina: Univali, ano 7, n. 14, abr. 2002, p. 9-68.
- _____. As garantias fundamentais do processo na execução fiscal. In: LOPES, João Batista e CUNHA, Leonardo José Carneiro da. (Coord) *Execução civil* (aspectos polêmicos). São Paulo: Dialética, 2005, p. 249-266.
- GRINOVER, Ada Pellegrini Grinover et al. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 9.ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- MARQUES, Claudia Lima; CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli. *Direitos do Consumidor endividado: superendividamento e crédito*. V. 29, São Paulo: RT, 2006.
- MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; ÁVILA, Henrique. Algumas das principais alterações do novo Código de Processo Civil. *Consultor Jurídico* (São Paulo. Online), v. janeiro, p. 1, 2015.
- _____; ÁVILA, Henrique; SILVA, Larissa Clare Pochmann da. Algumas Inovações do novo Código de Processo Civil. *Artigo no prelo*.
- _____; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *O Processo Em Perspectiva: Jornadas Brasileiras de Direito Processual*. São Paulo: RT, 2013.

- COSTA E SILVA, Paula. A Experiência do Sistema Português em termos de Execução. *In*: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *O Processo Em Perspectiva: Jornadas Brasileiras de Direito Processual*. São Paulo: RT, 2013, p. 321-336.
- THEODORO JR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense, 44.ed., 2009.
- _____; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. *Novo CPC: Fundamentos e Sistematização*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.